

ESTADO DE SÃO PAULAs ilusões dos industriais paulistas

Economia - Brasil

O otimismo presidencial parece contagioso, e seria motivo de regozijo se fosse, também, justificável. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por intermédio do diretor de seu Departamento de Economia, sr. Walter Sacca, informa que a perspectiva de recessão é hoje mais remota, assim como o perigo de hiperinflação. Tudo indica que após o "Plano de Intenções", apresentado pelo ministro Dílson Funaro, e, especialmente, depois do restabelecimento do regime de liberdade de preços, essas sombras desapareceram do cenário econômico. Aliás, a Fiesp entende que, em tempo de Constituinte, a recessão é inadmissível.

Esse sentimento de otimismo parece-nos duplamente perigoso: primeiro, por ser infundado e, segundo, por inibir o combate aos sinais iniciais de recessão. Voltamos a viver sob o espírito do Plano Cruzado, que criou uma ilusão, pela qual estamos pagando hoje muito caro. Ao fazer suas declarações, o diretor da Fiesp esqueceu-se de consultar alguns dos membros de seu Conselho (que, ao que consta, inclui os professores Mário Henrique Simonsen e Affonso Celso Pastore), tendo preferido ouvir o canto de sereia dos "economistas" cam-pineiros.

A Fiesp parece não estar convencida de que a recessão não se afasta por decretos, mas por medidas de ordem econômica. Observa-se o declínio da demanda no varejo, que, aliás, se reflete, de modo inquietante, na retração da arrecadação do ICM e que deverá incidir também no IPI. Os industriais deveriam indagar, antes de tudo, as razões desse declínio.

Quatro fatores parecem explicar essa reversão de expectativa. Em primeiro lugar, a redução do poder aquisitivo, decorrente da inflação, que nem o acionamento do gatilho consegue neutralizar. Em segundo, a política tributária, que, a partir de 15 de abril, principalmente, irá acentuar a coarctação do poder aquisitivo.

Além disso, o Plano Cruzado favoreceu a antecipação das compras que, naturalmente afeta a demanda de hoje. Aliás, as taxas de juros e as condições de financiamento estão reduzindo consideravelmente as vendas a prestação. Finalmente, observa-se a recomposição da poupança popular (o saldo das cadernetas havia baixado durante a vigência do Plano Cruzado), que mostra que a massa popular parece captar me-

lhor o sentido da economia do que alguns diretores da Fiesp...

Os industriais deixam-se enganar porque estão, quase todos, trabalhando em regime de plena capacidade, fato que se explica pela necessidade que tem o comércio de recompor estoques hoje inexistentes. Os diretores da Fiesp teriam interesse, porém, em perguntar aos associados da entidade se as encomendas não estão sendo canceladas. Poderiam verificar também que algumas empresas estão com a produção suspensa por falta de matérias-primas e que outras têm dificuldade de exportar, seja em razão da taxa cambial, seja por falta de créditos adequados. Finalmente, os diretores da Fiesp deveriam perguntar aos empresários cuja clientela pertence ao setor agrícola se a safra recordista deste ano está favorecendo seus negócios...

Para que não sobrevir a recessão, é preciso que o governo contenha o déficit público, mantenha uma política monetária de arrocho e obtenha a plena colaboração dos credores estrangeiros, isto é, que estes forneçam ao País, sob alguma forma, quatro bilhões de dólares anuais, neste e nos próximos quatro anos.

O "Plano de Intenções" do ministro da Fazenda não nos faz crer que essas condições "sine qua non" serão preenchidas. Ao contrário, nota-se o afrouxamento do controle dos gastos públicos e da política monetária.

Os industriais enganam-se ao acreditar que a liberdade de preços é tão grande quanto a imaginam, e suficiente para conjurar a recessão. A liberdade vigiada é uma arma de dois gumes, que, esperamos, não traga amargas desilusões aos que com ela se empolgam. É preciso ter em mente, também, que a liberdade de preços, em clima de inflação, só pode constituir fator de hiperinflação.

Deve o industrial mostrar-se otimista para salvar a economia nacional? A pergunta merece ser feita. Quanto a nós, consideramos que as entidades de classe cometem enorme erro ao apoiar o governo com a esperança de causar um impacto psicológico benéfico. Hoje, parece-nos mais necessário alertar o governo para a urgência de uma política que evite uma grave crise e que permita administrar uma pequena recessão do que aplaudi-lo e colher, depois, amargas desilusões.